

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: da incompreensão teórica ao oportunismo onguista

Luiz Carlos de Freitas¹

Resumo

Estudo teórico da questão agrária brasileira, tomando o referencial marxista como método de análise e dois dos principais expoentes intelectuais que fundamentaram a tese, segundo a qual a principal contradição em nosso país se dá entre o latifúndio e o camponês pobre sem terra ou com pouca terra. Esta contradição se vincula diretamente com a contradição entre nação subdesenvolvida e imperialismo, de modo que a solução de uma não pode se dar sem a solução da outra. Apresentamos também os dois principais movimentos de luta pela terra que se organizaram em nível nacional, as Ligas Camponesas da década de 1950/60 e o MST a partir de 1984, averiguando a teoria guia destes movimentos e em que esta teoria influenciou no potencial de cada um, dentro de suas contradições, para alavancar a solução da questão agrária no Brasil.

Palavras chave: reforma agrária, contradição, movimentos sociais

Introdução:

Os conflitos por terra em nosso país iniciaram-se com a invasão portuguesa e a posterior instauração da propriedade privada, deste então não parou de jorrar o sangue de milhares de pessoas que se recusaram a aceitar pacificamente às imposições de um modo de produção cuja finalidade é a acumulação e concentração de riqueza nas mãos de uma minoria de privilegiados. A luta pela terra continua sendo, no Brasil, a causa principal da violência generalizada que se torna cada vez mais cotidiana por todo o país, seja nos conflitos diretos na luta de posseiros, indígenas, quilombolas ou camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, seja na miséria urbana causada pelo sistema latifundiário que manda e desmanda no país, colocando todo o sistema político de poder à seu serviço. Portanto a resolução da questão agrária é a base para a solução dos demais problemas sociais, tais como, o desemprego, a falta de assistência à saúde, moradia, educação, etc., que aterrorizam a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Desde os anos de 1920, principalmente após a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, este debate se instalou entre os intelectuais da esquerda revolucionária brasileira. Contudo, a nosso ver, foi a partir dos anos de 1950, com a ideologia desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que teremos uma elaboração mais apurada do pensamento social brasileiro referente à questão agrária. O golpe civil militar de 1964 interrompe este processo, impedindo que a teoria revolucionária para a questão agrária se desdobre em ações políticas das

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus de Laranjeiras do Sul, PR. Email: luiz.freitas@uffs.edu.br

organizações camponesas da época.

A partir de final dos anos de 1980, com a chamada “redemocratização” do país e principalmente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, teremos diversos intelectuais que dão continuidade na busca de uma solução para a questão agrária brasileira, bem como políticos democráticos e de esquerda que lutam, pela via institucional da ordem democrática, para transformar os estudos científicos em políticas públicas. Também as organizações sociais se reestruturam para pressionar os políticos a cumprirem a Constituição e, como resultado, teremos neste período um intenso movimento de luta no campo brasileiro, dando origem a diversos movimentos sociais, desembocando na criação de um movimento nacional: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em nossa pesquisa buscamos aprofundar esta questão, investigando a (im) possibilidade da solução da questão agrária, através de uma reforma agrária, por dentro da ordem institucional do atual Estado brasileiro. Nos embasamos teoricamente em intelectuais brasileiros, tais como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, que são os precursores do pensamento marxista aplicado à realidade agrária brasileira. Além destes, destacamos também Josué de Castro, um autor não-marxista, mas que deu fundamentais contribuições para compreender o modo de produção que se desenvolveu no Brasil e a centralidade da questão agrária neste processo.

Nossa tese é a de que o Brasil é uma país capitalista, não um capitalismo liberal, mas um capitalismo burocrático, cujo latifúndio predomina em associação com a grande burguesia, sob a dominação imperialista. Dado este sistema, torna-se impossível pensar que o Estado brasileiro fará a Reforma Agrária, tampouco que os camponeses terão algum êxito pela pressão política, ficando amontoados em acampamentos ou indo para as ruas gritar fora este ou fora aquele político corrupto. O latifúndio é o principal pilar de sustentação do imperialismo no Brasil. Acabar com o latifúndio é colocar em risco todo sistema de dominação exercido sobre nós pelas potências econômicas mundiais, por isto, qualquer governo que ousasse tomar tal medida, mesmo estando em acordo com a Constituição brasileira, dentro da lei e da ordem, não sobreviveria politicamente².

Sendo assim vemos duas linhas que percorrem historicamente o debate da questão

²Exemplo clássico em nossa história foi a tentativa do governo João Goulart de fazer uma tímida distribuição de terras no Brasil e foi vítima de um golpe civil militar arquitetado pelo Estados Unidos, país chefe do imperialismo, em 31 de março de 1964

agrária brasileira: 1. A negação da questão agrária, como se ela não fosse mais um problema para o país e sua substituição por outras bandeiras de luta no campo das políticas públicas possíveis ou 2. O abandono das ilusões institucionais e legalistas e a ocupação e distribuição da terra feita pelos próprios camponeses e demais trabalhadores que dela precisam para trabalhar e viver. Esta última presente no desejo e necessidade dos milhões de pessoas desempregadas, acampadas, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e camponeses com pouca terra e aquela defendida pelas cúpula de movimentos sociais, vinculados à projetos políticos eleitoreiros deste ou daquele partido. A primeira tem, portanto, uma perspectiva burocrática da luta pela terra já a segunda, carrega uma perspectiva democrática da luta pela terra.

Este debate não é novo no cenário político brasileiro, remonta aos anos de 1950, quando as Ligas Camponesas, iniciadas no Nordeste brasileiro sacudiram o país com sua bandeira de luta, cujo lema era: “*Reforma Agrária, na lei ou na marra*”. O que estava em debate neste período e que muito bem retrata este lema era a necessidade da Reforma Agrária para desencadear um processo de transformação social no Brasil, culminando com a revolução brasileira. Por isto compreender os fundamentos teóricos que estavam sendo produzidos neste período é imperativo para compreender a (im)possibilidade do Estado fazer a reforma agrária e da inconsistência dos movimentos sociais que se definem por esta via.

Nesta perspectiva estruturamos nosso texto em duas partes, na primeira apresentamos a fundamentação teórica dos autores que desenvolveram estudos sobre o modo de produção e o tipo de capitalismo que se implantou no Brasil, colocado o latifúndio como base estrutural deste sistema. Na segunda parte concentramos nossos estudos em dois movimentos sociais que lutaram pela reforma agrária no Brasil: As Ligas Camponesas das décadas de 1950/60 e o MST, a partir de 1984, buscando compreender as contradições existentes no interior destes movimentos e a linha teórica que predominou em suas táticas de luta pela terra.

Fundamentos teóricos para se pensar a questão agrária no Brasil

As teses defendidas pela intelectualidade brasileira comprometida com o desenvolvimento econômico, político e cultural de nosso país foram profundamente debatidas e disputadas no interior do movimento proletário desde os anos de 1920 até o golpe civil militar de 1964. Este processo foi então interrompido, ao menos no âmbito da discussão aberta, com

toda a sociedade, vindo à tona novamente, somente a partir do movimento de redemocratização do país, em meados dos anos de 1980. Já era uma outra situação, em que quase todos os quadros revolucionários dirigentes de movimentos sociais urbanos e rurais haviam sido assassinados pela ditadura e, juntando-se a este fato a chamada “crise do socialismo” no leste europeu, culminando com a queda do Muro de Berlim em 1989. Uma onda de pessimismo se apropriou então das organizações proletárias que foram se reorganizando a partir do consentimento do “Estado democrático de direito”, não mais com perspectiva revolucionária, mas de caráter conciliador. Estas organizações foram revisando a teoria socialista, tomando da mesma o que fosse oportuno e abandonando o que julgava-se desnecessário para sua estratégia: a via do legalismo burguês eleitoral³.

É neste contexto que será abandonado o debate sobre a necessária revolução brasileira para a solução dos problemas sociais aqui existentes. Como não cabe neste trabalho a discussão sobre todo o projeto de desenvolvimento do país, pela via da revolução brasileira, trataremos aqui apenas da questão agrária. Nosso entendimento é de que a questão agrária não é somente mais uma das questões que precisam ser resolvidas em nosso país, mas o pilar que segura a estrutura de dominação de classes. Sem a solução desta questão, não haverá solução para os outros problemas sociais que nosso país enfrenta, tais como, educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação, etc.. Por isto julgamos oportuno retomar alguns autores que se debruçaram sobre esta questão, nos fornecendo argumentos científicos que nos permite refletir sobre a prática dos movimentos camponeses que lutaram ou lutam pela reforma agrária. Estas práticas, queiram ou não, vinculam-se à uma linha teórica, resultando em táticas de luta que podem fazer avançar ou retroceder na solução da questão agrária brasileira.

Houve quem defendesse a tese de que o Brasil já nasceu capitalista e que, portanto, toda luta camponesa seria atrasada, sendo a organização do proletariado urbano e rural o único caminho para a transformação social revolucionária⁴. Nesta perspectiva, como o Brasil possuía até a década de 1970 a maioria da população morando no campo e sob condições pré-capitalistas ou semifeudais, nada podia ser feito de luta enquanto não se produzisse no país um

³ As organizações com maior destaque neste período são a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Ganham prestígio nacional e internacional por se tratar de organizações de massas, com discurso de esquerda e defensores das bandeiras revolucionárias, mas sem rompimento com a ordem burguesa estabelecida.

⁴ O principal expoente desta corrente é Caio Prado Junior. Em seu livro *A revolução brasileira*, afirma que a contradição principal no campo não é entre camponeses e latifundiários, mas entre empresários rurais e proletários rurais, negando, portanto, a necessidade histórica da luta por reforma agrária (PRADO JUNIOR, 1978, p.105).

proletariado urbano grande e organizado. Na contramão desta visão mecânica e academicista, da realidade concreta do campo brasileiro, o campesinado pobre brasileiro nunca deixou de lutar para conquistar um pedaço de terra e continuar no campo. Não são poucos os exemplos de lutas sangrentas protagonizada pelos camponeses ao longo de nossa história, seja pela recusa de sair de seu lugar ou pela tentativa de conquistar um pedaço de terra. Sendo assim, nos parece claro que a transposição mecânica da luta de classes, burguesia X proletariado, desenvolvida na Europa, onde modo capitalista de produção se desenvolveu plenamente, graças ao nosso atraso econômico, não nos ajuda a compreender nossa realidade, tampouco atuar para transformá-la.

Outros autores divergiram desta interpretação e enfrentaram o enorme desafio de compreender o Brasil a partir do referencial marxista, mas ao invés de transpor mecanicamente a teoria marxista para a realidade brasileira, partiram da realidade brasileira, aplicando à esta o método materialista histórico dialético. Ao estudar a formação econômica do Brasil, depois da invasão portuguesa, Guimarães constata o equívoco dos que afirmam que o Brasil nasce capitalista. “Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar *nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios* que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de Lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal” (GUIMARÃES, 1977, p. 24, grifos meus). A propriedade da terra concentrada nas mãos de alguns senhores, nobres vindos de Portugal, impõe ao Brasil seu modo de produção. Claro que não se pode afirmar que aqui se implantou o feudalismo clássico, com regras e uma organização social idêntica à europeia, mas sem dúvida, a estrutura feudal, marcada pelo latifúndio, aqui se fez presente.

A impossibilidade de se instaurar no Brasil o modo de produção capitalista também está vinculada à própria época, pois, o capitalismo só se tornou hegemônico como modo de produção a partir do século XVIII, sendo que os portugueses chegaram ao Brasil no século XVI. Cabe ressaltar ainda que Portugal estava entre os países menos desenvolvidos da Europa e, embora em outros países da Europa, como a França, Alemanha e Inglaterra, já dessem sinais das revoluções burguesas, Portugal resistia para conservar seu modo de produção. Quando se vê diante da possibilidade de povoar um novo território, vê também a possibilidade de reprodução de seu modo de produção.

Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além mar. E o fez cônica de que a garantia do

estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de qualidades” da confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados (GUIMARÃES, 1977, p. 28).

A dominação e subordinação da produção brasileira aos interesses externos é histórico no Brasil desde o início de sua colonização e o latifúndio é a base sobre a qual repousa os demais problemas econômicos, sociais e culturais aqui existentes. Por isto a discussão sobre a reforma agrária sempre foi central entre os intelectuais que buscaram compreender a realidade socio-econômica do país, na perspectiva da transformação social. A eliminação das características feudais para a compreensão da sociedade brasileira não é uma mera questão teórica que se contrapõe à outra, mas o abandono da luta por reforma agrária. Esta eliminação “(...) significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária” (GUIMARÃES, 1977, p. 33).

A histórica centralidade da questão agrária brasileira como desencadeadora de conflitos que desembocariam na destruição total de todo o modo de produção, pode ser confirmada na prática, no início dos anos de 1960. A pressão das massas camponesas organizadas nas Ligas Camponesas do Nordeste, como herdeiras da tradição de lutas no campo brasileiro, colocou na ordem do dia o problema da reforma agrária. O governo de João Goulart, deposto em 31 de março de 1964, assumiu em seu programa de reformas (reformas de base), a reforma agrária. Mesmo com a proposta de indenizar os donos de terras desapropriadas com títulos da dívida pública ou com pagamento imediato, a proposta não se concretizou, pois feria os interesses externos, principalmente dos Estados Unidos e de seu aliado interno, a classe latifundiária. O papel definido pelo imperialismo para os países subdesenvolvidos não era o desenvolvimento autônomo, com soberania nacional, mas sua manutenção enquanto países semicoloniais, fornecedores de matéria prima, mão de obra barata e pagadores de juros ao capital internacional. Para isto deveria manter-se como uma economia agrário-exportadora, semicolonial (com governos locais, mas submissos aos interesses das potências imperialistas) e semifeudal (mantendo o latifúndio como base estrutural da sociedade).

O nosso desenvolvimento capitalista tem se subordinado, até agora, à dependência do imperialismo e por isso tende a conservar os fatores que entravam a plena expansão das forças produtivas, acumula deformações, acentua desigualdades, que vão das sociais às regionais, onera pesadamente o trabalho, sacrifica o povo (...) (SODRÉ, 1976, p. 398).

Romper com esta dominação pressupõe a compreensão correta da luta principal e das lutas secundárias que precisam se desencadear no país. O principal empecilho para o avanço do desenvolvimento econômico-nacional do Brasil é o imperialismo, que, como já afirmamos anteriormente, define o papel semicolonial que o país deve assumir no desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Portanto a principal luta da classe trabalhadora brasileira é a luta contra o imperialismo, que, por sua vez está diretamente atrelada à luta interna pelo fim da concentração da terra e do sistema latifundiário que nos domina. “A contradição fundamental assim é entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava” (SODRÉ, 1976, p. 398). A desmonopolização da terra significa, portanto, o rompimento com a dominação imperialista e a garantia da conquista da soberania nacional.

Castro, ao estudar a questão da fome no Brasil, também deu contribuições indispensáveis para se compreender a profundidade e a centralidade da questão agrária. Após seus estudos, registrados em sua magistral obra *A geografia da fome*, concluiu que o primeiro obstáculo a ser superado para acabar com a fome no Brasil era o latifúndio.

A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro (CASTRO, 2004, p. 289).

Este autor mesmo não pactuando do mesmo compromisso político com a revolução brasileira, como Guimarães e Sodré, chega à mesma conclusão, afirmando que o latifúndio é o principal entrave para o desenvolvimento social do país.

Como se pode notar a manutenção da estrutura fundiária no Brasil, desde a colonização, é o que mantém a dominação externa, seja como colônia, durante os séculos XVI a início do século XIX ou como semicolônia, após a “independência”. Por isto o rompimento com o sistema latifundiário é uma questão de rompimento com a totalidade do modo de produção capitalista, imposto ao Brasil em sua atual fase, o imperialismo. “O imperialismo tem seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e da média burguesia e recruta os seus agentes nessas classes e na pequena burguesia, que lhe fornece quadros intelectuais e militares principalmente” (SODRÉ, 1976, p. 401).

Essa interpretação da realidade brasileira demonstrada por estes autores, embora tenha lhes suscitado inúmeras críticas, custando inclusive quase o desaparecimento deste pensamento no campo acadêmico e até nos movimentos sociais e partidos ditos de esquerda no Brasil, encontram ainda eco na sociedade brasileira. Os inúmeros problemas sociais permanecem insolúveis em nosso país, enquanto potências imperialistas se aproveitam da produção de matéria prima, em sua maioria da agropecuária, para enriquecer suas burguesias, mantendo nosso povo na miséria econômica e cultural. A solução da questão agrária, como base do problema econômico nacional, nunca se efetivou e, se um número significativo de camponeses vivem ainda no campo é graças à sua ousadia e coragem de fazer o enfrentamento direto com o latifúndio, resistindo às invasões dos latifundiários ou ocupando terras e jorrando seu sangue em defesa de condições mínimas de sobrevivência. Se o problema continua sendo colocado pela realidade é porque ainda não se resolveu, portanto a retomada destes clássicos do pensamento social brasileiro é de suma importância para a solução da questão agrária brasileira.

A luta pela reforma agrária no Brasil: as Ligas Camponesas, o MST e a “reforma agrária, na lei ou na marra”

Como vemos, a reforma agrária no Brasil é uma bandeira histórica, mas não somente isto, é uma necessidade histórica para o desenvolvimento do país e para a solução dos demais problemas sociais que enfrentamos, tais como fome, desemprego, falta de moradia, saúde, educação. Este entendimento não tem tido a relevância necessária entre os intelectuais, partidos de esquerda e movimentos sociais, que dizem defender uma transformação social radical de nossa sociedade. O campesinato é sempre colocado em segundo plano e a luta camponesa não seria mais que uma tática para fortificar a pressão política em defesa de um projeto eleitoral, ficando a questão da distribuição da terra e o fim do latifúndio tão somente como retórica para mobilizar massas e demonstrar poder de barganha em mesas de negociação. Nesta parte de nosso texto vamos analisar as linhas teóricas que guiaram dois grandes movimentos de luta pela reforma agrária em nosso país: As Ligas Camponesas, das décadas de 1950/60 e o MST, a partir da década de 1980.

Embora as primeiras Ligas Camponesas tenham sido criadas na década de 1940 pelo Partido Comunista do Brasil, estas não possuíam um caráter de luta camponesa, mas de um sindicalismo rural em defesa de direitos trabalhistas. Além disto a questão eleitoral também se

sobrepuña à luta pela reforma agrária, num período em que o PCB pode atuar na legalidade e eleger seus candidatos para o parlamento.

Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 2012, p. 22).

São as Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, surgidas a partir de 1955, quando o Partido Comunista do Brasil já não podia mais atuar na legalidade, que, contraditoriamente, na prática, se despontam como revolucionárias e não as anteriormente criadas pelo PCB. A primeira das Ligas surge como uma associação, denominada *Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco* e logo sofrerá as conseqüências por sua ousadia. Embora tenha sido criada com objetivo bem específico, o de garantir o direito dos mortos serem enterrados em seus próprios caixões, sofrerão a pressão do latifundiário para que acabem com tal sociedade⁵. O perigo visto pelo latifundiário não estava na reivindicação que faziam, mas no próprio fato de se organizar para reivindicar, isto é, se hoje é pelo caixão, amanhã poderá ser pela terra. Com a recusa dos camponeses em fechar a Associação, o latifundiário Oscar Beltrão, que até então apoiara sua criação, expulsa de sua fazenda, com o aparato judicial, todos os camponeses que faziam parte da Sociedade. A partir de então há um salto de qualidade na consciência dos camponeses, e na Associação. “Foi tratando dos problemas da morte que os camponeses do Engenho Galiléia abriram seus olhos para a vida. E viram melhor, e melhor compreenderam as injustiças da vida e quais eram os autores destas injustiças” (CASTRO, 1965, p. 31).

A partir deste fato diversas Ligas foram sendo criadas pelo Nordeste afora e depois por todo o país, ao todo tem se registro da existência de mais de duzentas ligas durante a década de 1960. No interior das Ligas não havia uma única corrente de pensamento, pois eram influenciadas constantemente por outras organizações criadas para disputar ideologicamente o caminho da luta pela terra no país. Dentre estas organizações destacam-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, vinculado à igreja católica e o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), vinculado ao governo do Rio Grande do

⁵ Sobre esta questão ver CASTRO, 1965, p. 23-37

Sul, na pessoa do então governador Leonel Brizola⁶.

No fundo o que estava sendo aqui disputado era a linha que o movimento camponês ocuparia no processo de revolução brasileira. De um lado o MASTER e os Sindicatos Rurais, assumidamente legalistas e contra-revolucionários e de outro a ULTAB e as Ligas Camponesas, que, apesar das disputas internas, faziam a defesa da necessidade da revolução no Brasil. Esta disputa, que já vinha ocorrendo na prática política destes movimentos, ficará explícita nas teses discutidas no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 17 de novembro de 1961 na capital mineira, Belo Horizonte⁷.

O choque político e ideológico da ULTAB e das Ligas foi inevitável. As Comissões Técnicas do Congresso (dirigidas pela ULTAB) não puderam funcionar regularmente porque o plenário do Congresso afirmavam insistentemente que não podiam perder tempo examinando teses sofisticadas a respeito de uma reforma agrária que o Governo sequer lhes havia prometido. Os camponeses não queriam saber como se realizava uma reforma agrária, mas, sim, desejavam discutir a maneira de impor imediatamente a reforma agrária radical (MORAIS, 2012, p. 50).

A tese geral da ULTAB, vinculada ao projeto internacional do Partido Comunista do Brasil era de que a organização camponesa funcionaria para fortificar a luta operária. Importante lembrar que neste período estava sendo travada uma batalha internacional entre o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o Partido Comunista da China (PCCh), disputando os rumos do movimento comunista internacional⁸. A ULTAB, alinhada ao PCB, seguia a linha definida pelo PCUS, de aliança eleitoral com as burguesias nacionais e abandono da luta armada. Por isto sai na defesa de organização de sindicatos e elaboração burocrática de projetos de governo para a realização da reforma agrária no Brasil. Embora com perspectivas divergentes a ULTAB trilha pelo mesmo caminho da ala progressista da Igreja católica, que também apostava no sindicalismo rural como única forma de organizar o campesinato.

O padre Melo era o representante mais loquaz de um grupo de padres jovens que procuravam desviar o movimento trabalhista rural dos objetivos estabelecidos por Julião e outros. A influência exercida por estes padres foi, pelo menos a curto prazo,

⁶Não entraremos em maiores detalhes sobre o histórico de surgimento de cada uma destas organizações, uma vez que isto demandaria um trabalho mais complexo que este artigo. Para um maior aprofundamento nesta questão ver: MORAIS, 2002, p. 38-41; AUED, 2002, p. 71-95; PAGE, 2002, p. 97-126.

⁷ Organizado pela ULTAB, com dinheiro do governo federal. Nele participaram ao todo 2.400 delegados, sendo 215 das Ligas Camponesas, 38 do MASTER e o restante da ULTAB.

⁸Este debate encontra-se traduzido para português na seguinte obra: *A Carta Chinesa: a grande batalha ideológica que o Brasil não viu*. Coleção marxismo contra revisionismo n° 2. Belo Horizonte: Terra Editora Gráfica LTDA, 2003.

profundamente contra revolucionária, fato este devidamente notado por agentes secretos em Washington (PAGE, 2002, p. 102).

Neste cenário de disputas, percebemos que as Ligas Camponesas é o movimento mais “desorganizado”, do ponto de vista da verticalização e da burocratização, porém é o mais radicalizado do ponto de vista da luta concreta pela reforma agrária. No Congresso de Belo Horizonte isto vem a tona, na medida em que, embora em menor número de delegados, as Ligas conseguem subverter toda a pauta proposta pela ULTAB e o debate da *Reforma Agrária, na lei ou na marra* é o que prevaleceu durante todo o Congresso. A hegemonia da linha das Ligas Camponesas neste Congresso fica evidente ao lermos o documento aprovado na ocasião, denominado “Declaração de Belo Horizonte”.

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política, social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade de realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo (...). A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações anti-econômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país (JULIÃO, 1962, p. 82-84, apud AUED, 2002, p. 79).

O crescimento dos conflitos no campo, em especial no Nordeste brasileiro, foi assustador neste período. Isto colocado dentro de um contexto internacional da Guerra Fria, em que o socialismo avançava em diversos países, inclusive na América Latina com a Revolução Cubana, colocou em alerta o imperialismo, especialmente estadunidense. É marcante neste período a obra de Josué de Castro, *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. Como Castro não se define como comunista, tampouco revolucionário, mas sendo um intelectual comprometido com as causas sociais, em especial a questão da reforma agrária, busca evitar um processo de luta sangrento, acreditando nas reformas de base, a partir do Estado brasileiro em sintonia com os países ricos, como única forma de evitar a revolução.

Sem essas reformas, a começar por aquela que maior pavor provoca na oligarquia feudal – reforma agrária – a Aliança para o Progresso⁹ em lugar de ajudar o povo

⁹ A Aliança para o Progresso foi um programa de “ajuda” econômica proposto pelo então presidente dos Estados Unidos da América no ano de 1961. Tinha como objetivo injetar capital nos países subdesenvolvidos da América Latina para amenizar a pobreza e conter as possibilidades de rebeliões. Neste momento o mundo vivia o contexto

brasileiro a lutar contra o subdesenvolvimento, a fome e a doença em massa, ajudará os inimigos do povo a fortalecerem suas lideranças ilegítimas e a engordarem a custa da miséria popular. *Nesse caso, a Aliança para o Progresso só ajudará uma coisa: a explosão da revolta popular* (CASTRO, 1965, p. 220, grifos meus)

Importante também destacar a ênfase que Castro dá à questão agrária, compreendendo-a como base para todo e qualquer desenvolvimento nacional, desencadeando um processo de ruptura com a dominação imperialista e alavancando o desenvolvimento humano, por isto perigosa para as classes dominantes. Em uma passagem do último capítulo do livro de Josué de Castro, acima mencionado, comentando sobre a política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, aponta esta questão.

O marginalismo em que foram deixados a agricultura e o Nordeste – região essencialmente agrícola – tinha suas origens nas imposições de certos grupos de que não se tocasse nas estruturas agrárias. *Que se fizessem todas as revoluções industriais, mas não se pensasse na mais discreta reforma nos problemas da terra.* (CASTRO, 1965, p. 195-196, grifos meus).

Dentre as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart entre os anos de 1963 e 1964, sem dúvida a reforma agrária foi o que mais assustou, não apenas os latifundiários do país como toda a grande burguesia internacional. Isto porque esta era a reforma que, como demonstramos acima, iria de fato mexer com toda a estrutura econômica, política, cultural e social do país, e com uma enorme massa humana disposta a lutar, o que poderia levar a uma revolução no país. Porque isto não ocorreu? Faltou direção revolucionária com teoria revolucionária e, como bem salientou Lênin, principal liderança da Revolução Russa “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”.

A experiência teórico-prática de luta popular na China, liderada pelo PCCh sob orientação do marxismo-leninismo, aplicado à realidade chinesa por Mao Tsetung e que organizou milhões de camponeses para fazer a revolução agrária e possibilitar a revolução socialista, poderia ter influenciado a luta pela terra no Brasil. No entanto, neste momento ainda estava em disputa o caminho da revolução mundial entre a via pacífica, como defendia o PCUS e a via da violência revolucionária, como defendia o PCCh, ficando o PCB sob influência quase

do avanço do socialismo no mundo e o perigo de uma revolução era eminente em qualquer país, sendo que a miséria descontrolada era o principal combustível.

exclusiva do PCUS¹⁰. Esta ausência de organização revolucionária para dirigir a luta camponesa impossibilitou a efetivação da reforma agrária, que só sairia se fosse na marra. As Ligas Camponesas, que tinham potencial, desejo e coragem de destruir os latifúndios por todo o país, não foi levada suficientemente a sério pelo PCB, que preferiu organizar trabalhadores rurais, fazendo coro à Igreja católica e desviando o foco da luta revolucionária. Diante de um mecanicismo na transposição da teoria marxista-leninista para a realidade brasileira, o PCB não entendeu o potencial revolucionário do campesinato em países dominados pelo imperialismo, cuja base estrutural é o latifúndio. Em 31 de março de 1964, com o golpe civil-militar, o movimento camponês combativo de massas, sofreu enormes baixas. Durante os 20 anos que se seguiram ao golpe, as lutas camponesas tiveram que se adequar à clandestinidade, sofrendo todo tipo de perseguições. Apesar disto, ela não cessou¹¹, o que confirma nossa tese de que a luta entre o latifúndio e o campesinato é a principal contradição de nosso país e que sem a solução desta não se soluciona as demais contradições.

Depois das Ligas Camponesas o único movimento que conseguiu se organizar nacionalmente, em quase todos os estados brasileiros foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984 e que colocou novamente o debate aberto da reforma agrária para a toda a sociedade brasileira. Contudo o contexto histórico nacional e internacional não era mais o mesmo daquele em que surgiram as Ligas Camponesas. Internacionalmente o socialismo estava em crise, as disputas entre o PCUS e o PCCh haviam terminado e a linha oportunista havia vencido esta batalha. Sendo assim as resoluções do XX Congresso do PCUS, realizado em 1956, cuja principalidade era abandonar a luta revolucionária e participar dos processos de negociações pacíficos e eleitorais, colocou em crise o movimento comunista de todo o mundo. Não foi diferente no Brasil que, apesar de grupos dissidentes tentarem manter a linha revolucionária no interior do Partido ou reconstituir o Partido Comunista, resgatando sua histórica luta para qual foi criado em 1922, ou seja, organizar o povo para a tomada do poder

¹⁰Já havia neste período, no interior do PCB, militantes vinculados ao PCCh, mas ainda não haviam conseguida formular um programa para revolução brasileira a partir dos aportes teóricos de Mao Tsetung, ficando então a orientação do PCUS como linha geral do Partido.

¹¹ Durante o regime militar os militantes comunistas atuaram na clandestinidade, influenciando e organizando diversas lutas camponesas localizadas. Uma, no entanto, se projetou em nível nacional e internacional, a Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1972 a 1975. Seu prestígio estava vinculado à linha de ação teórico-política-ideológica que ela tomou, tendo seus militantes, quadros do PC do B, na época vinculado à linha chinesa maoísta.

pela via revolucionária, foram vencidos pela repressão e pelos próprios oportunistas militantes do Partido. O que se permitiu então, após a “redemocratização” do país foi a criação de partidos, sindicatos e movimentos sociais de esquerda reformista, convencidos de que o socialismo viria pela via eleitoral, ou que não passava de uma utopia, restando apenas amenizar os efeitos maléficos do capitalismo, tornando-o mais humano. Neste contexto (1980), surge o Partido dos Trabalhadores (PT), que irá substituir o caminho revolucionário pelo legalismo eleitoral. Em seguida, para dar andamento ao projeto do PT, dirigindo a luta operária, cria-se, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1984, o MST para dirigir a luta camponesa.

Estimulados pelas lutas contra a ditadura militar, os trabalhadores rurais sem-terra (que antes tinham apenas a igreja como espaço para a discussão de seus problemas, sobretudo das pastorais sociais e, principalmente, da Comissão Pastoral da Terra), resolveram se articular nacionalmente para fazer uma luta conjunta em defesa da conquista da terra (BEZERRA NETO, 1999, p. 14).

A luta pela conquista da terra no Brasil é uma luta sangrenta, por isto o MST sempre foi visto como movimento violento, que defendia a revolução em nosso país. No entanto, em sua direção nunca foi hegemônica a linha revolucionária, mas uma mistura eclética, hegemônica pela Igreja, especialmente a católica e por democratas liberais eleitores do PT. Então, podemos afirmar que o que é revolucionário não é o MST, mas a própria bandeira da reforma agrária, que, devido ao domínio do latifúndio em conluio com o imperialismo, impedem qualquer alternativa de reforma, restando ao camponês a única via do enfrentamento direto com o latifúndio, sem a mediação do Estado. Este fato concreto empurrou as lideranças do MST, mesmo as que não concordavam com a radicalização da luta, para um discurso mais radicalizado, caso contrário perderiam apoio de suas próprias bases. Com um olhar mais atento para algumas falas de suas principais lideranças podemos notar claramente a verdadeira linha hegemônica do MST.

Em entrevista, João Pedro Stedile, principal dirigente nacional do MST, ao ser perguntado sobre o lema das Ligas Camponesas, *Reforma Agrária, na lei ou na marra*, afirma que isto era uma questão conjuntural. “Procurava exprimir o conceito de que os problemas da concentração da propriedade de terra no Brasil eram impressionantes, e que não havia uma lei de reforma agrária”. Para ele então o central nesta palavra de ordem das Ligas não era a tomada da terra do latifúndio e sua divisão entre os camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, mas simplesmente fazer pressão sobre o Estado para que este aprovasse uma lei de reforma agrária. Na mesma entrevista, comentando ainda sobre a mesma temática, conclui afirmando

que “(...) hoje temos outras formas de realizar a propaganda e expressar nossa linha política. Como essa de que lutamos ‘Por um Brasil sem latifúndio’, ou ‘ Sem reforma agrária não haverá democracia’, ou ‘ Reforma agrária, luta de todos’ (STEDILE, apud SANTIAGO, 2012, p. 185).

Apesar disto, diversas lideranças locais e militantes camponeses de base do MST, fugiam ao pacifismo e ao legalismo pequeno burguês defendido pelo grupo hegemônico deste Movimento, sobrando espaço para uma pequena penetração do debate marxista. Contudo, mesmo a linha marxista do MST, não levava em consideração a luta camponesa pela reforma agrária como desencadeadora do processo de transformação social, embora tenham tornado esta questão em um dos pilares de sua luta. Mas o que entende os intelectuais do MST por transformação social? Seria o mesmo que uma revolução para derrubar o Estado burguês e colocar em seu lugar o Estado socialista? Se for isto qual a forma para se conquistar tal objetivo?

No início do movimento, quando ainda a voz dos marxistas podia ser ouvida no interior do MST, a transformação social era interpretada, ao menos por um grupo de sua direção e para grande parte de suas bases, como revolução social. Em 1999, um dos intelectuais do MST, Ademar Bogo, já manifestava preocupação com os rumos que os movimentos sociais e partidos políticos ditos de esquerda estavam tomando no Brasil.

Juntamente com a luta sindical surgiram as lutas políticas pela democracia, onde os partidos políticos voltaram a atuar livremente, mas, ao mesmo tempo em que se avançava na conquista da democracia, crescia a ilusão com a institucionalidade, e muitas lutas foram desmobilizadas uma vez que muitas lideranças dos movimentos populares passaram para o ‘outro lado do balcão’ nas prefeituras, gabinetes de deputados e governadorias; com isto os movimentos populares, em vez de acharem interlocutores, acharam desmobilizadores, sendo que, ao invés de pisarem no acelerador, preferiram pisar no freio da história, e lá foram enterradas muitas esperanças alimentadas anteriormente (BOGO, 1999, p. 18).

Esta chamada de atenção feita por um dos dirigentes nacionais do MST certamente não era apenas um alerta para os de fora, mas também uma reflexão interna ao Movimento. A visão apresentada acima por Bogo demonstra compreensão marxista do conceito de estado, movimento social, luta de classes e revolução social, contudo, não fica claro o papel da luta camponesa na revolução brasileira. Dá-se a impressão de que a luta no campo é mais uma que deve se aliar as demais lutas na cidade para formar um grande bloco de pressão popular para a transformação social. No que diz respeito à cooptação dos movimentos sociais as palavras de Bogo foram proféticas, ao manejar com competência os aportes teóricos marxistas, apontou para onde poderiam caminhar os movimentos populares se caíssem no engodo do eleitoralismo burguês.

Com o argumento de ganhar apoio da sociedade em geral, o MST, mesmo se colocando como herdeiro das Ligas Camponesas, não assume a linha mais avançada destas, mas a linha conciliadora, não se comprometendo com a explicitação da violenta luta de classes existente no campo brasileiro.

Para não causar impacto negativo na sociedade, o MST optou por não adotar o *slogan* das Ligas Camponesas e dos trabalhadores rurais da década de 60, 'REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA', optando por um lema mais suave e que se traduzia nas palavras : 'OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR'" (BEZERRA NETO, 1999, p. 16, grifos do autor).

Embora isto possa soar como uma tática para ganhar apoio de outras categorias de trabalhadores ou classes sociais, principalmente a classe média urbana, não é nada educativo para as massas camponesas em luta, pois tem seu papel enquanto classe diminuído, colocando suas esperanças na ação do Estado, como se este fosse neutro e defendesse o bem comum. Esta concepção é clara na interpretação que Stedile dá para o slogan das Ligas Camponesas, como citamos anteriormente, colocando a organização dos camponeses como secundária e a lei como principal. Com isto omite responsabilidade histórica do movimento camponês protagonizar a reforma agrária, passando este papel para o Estado burguês.

Em documento aprovado em 2005 pela direção nacional do MST esta concepção liberal de Estado é ratificada em diversas passagens, numa delas lemos que "a vida humana precisa ser defendida contra as investidas imperialistas que querem desintegrar os valores e estabelecer uma competição animal entre as pessoas, quando *é da própria responsabilidade do Estado atender todas as necessidades do cidadão*" (MST, 2005, p.12, grifos meus). Esta mescla entre concepção liberal de Estado, pacifismo religioso e utopia socialista, faz com que paulatinamente o MST vá abandonando por completo a luta pela terra e se transformando em uma espécie de ONG oportunista vivendo sob o financiamento do Estado burguês latifundiário serviçal do imperialismo. Se observarmos o documento *Programa Agrário do MST*, apresentado pela direção nacional do Movimento em seu VI Congresso, realizado em Brasília no início de 2014, percebemos que esta concepção permanece, aumentando a crença em um governo que domine o Estado burguês colocando sua estrutura a favor da reforma agrária.

A realização deste programa de transição de modelo na organização dos bens da natureza e da agricultura brasileira, somente será possível num contexto histórico de *existência e de aliança entre um governo realmente popular, que controle o Estado a serviço das maiorias*, com um vigoroso movimento de massas que coloque os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes dessas mudanças (Programa Agrário do MST, 2013, p. 48, grifos meus).

Embora possamos encontrar neste mesmo documentos diversas passagens que falem de luta de classes e do socialismo, isto soa mais como uma tática para não perder suas bases do que de fato uma linha teórica. Ou seja, os camponeses que vivem em condições precárias em seus acampamentos já compreenderam, na prática, que o Estado brasileiro (burguês latifundiário serviçal do imperialismo), esteja nele qualquer partido ou pessoa, não fará jamais a reforma agrária, restando portanto, como única via, o povo fazê-la pela sua própria organização. A direção do MST, vinculada teórica e politicamente à concepção liberal de Estado, tem dificuldades para convencer suas bases da possibilidade de um governo popular no Estado burguês. Isto se agravou ainda mais depois dos 13 anos de governo do PT, abertamente defendido pela direção do MST, em que a reforma agrária foi totalmente paralisada¹². Por outro lado, não podendo abandonar o discurso socialista, pois formaram boa parte de sua militância de base com este discurso, distorcem o conceito para enquadrá-lo em seus interesses políticos.

O programa de Reforma Agrária Popular não é um programa socialista – embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira. Uma reforma agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja, de uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico (Programa Agrário do MST, 2013, p. 32).

Vemos aqui uma visão totalmente utópica de socialismo, além de uma completa desvinculação deste com a luta pela terra. Portanto, podemos afirmar, respondendo às questões que levantamos acima, que a transformação social, defendida pela direção do MST, além de não passar de um discurso vazio, distante dos anseios das massas camponesas que se dispõem a conquistar a terra com suas próprias forças, ainda ludibria estas massas com a enganosa tese de que a natureza do Estado burguês pode ser mudada através de um governo popular que chegue ao poder pela via eleitoral, condição necessária para a transformação social. Enquanto isto não ocorre, resta aos camponeses aguardarem em seus barracos de lona, como um exército de reserva eleitoral, para votar no próximo partido ou candidato que represente este projeto de

12 Para maior esclarecimento e comprovação do engodo propagado pelo governo Lula sobre a reforma agrária consultar: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula*. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Gramond, 2010, p. 287-328.

“Reforma Agrária Popular”, para o Brasil.

Considerações finais

O intuito deste trabalho não é o de ignorar, denegrir ou desrespeitar centenas de camponeses que militaram e ainda militam no numericamente maior movimento de luta pela terra que o país já teve. Nossa preocupação é demonstrar a centralidade da questão agrária em nosso país, por ser este um país de capitalismo atrasado com resquícios feudais materializados na existência dos latifúndios, que dominam econômica, política e culturalmente a sociedade brasileira. Por isto o que apresentamos aqui deve ser entendido mais como uma provocação ao debate entre a intelectualidade brasileira comprometida com a luta pela reforma agrária, do que como um ataque ao MST. É compromisso de todo intelectual honesto, que recebe o dinheiro do povo para estudar e desenvolver suas pesquisas, colocar-se a serviço do próprio povo. Neste sentido, o que faço nestas considerações finais é apontar questões que carecem aprofundamento teórico, para servir às lutas no campo pela destruição do latifúndio e a construção de uma nova democracia, pela via popular, iniciando pela reforma agrária sob controle dos próprios camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. A partir de nossa pesquisa pudemos constatar:

1. A teoria marxista da questão agrária brasileira, desenvolvidas a partir do materialismo histórico dialético, nos anos de 1950 a 1960, por autores como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, precisam ser reestudadas, pois ainda tem muito a oferecer nos dias atuais;
2. As Ligas Camponesas, embora não tenham assumido um discurso marxista, tal como fez o MST, e graças a pensadores considerados não marxistas como Francisco Julião e Josué de Castro, foi o movimento camponês que, na prática, mais avançou no caminho da revolução brasileira. Ao definir a reforma agrária como centro de sua luta e, diante da impossibilidade de sair pela lei, fazê-la na marra, quase desencadeou o processo de revolução socialista no Brasil;
3. Os intelectuais formuladores das teses do MST, embora se assumam como herdeiros das Ligas Camponesas, na realidade são herdeiros do sindicalismo rural, cujos principais representantes foram, na década de 1960 a ULTAB e a ala progressista da Igreja católica;
4. O não alinhamento do MST com as teses marxistas sobre a concepção de Estado e o papel revolucionário da luta pela terra em países de capitalismo atrasado, semifeudal, como o nosso, fez com que este Movimento que inicia sua luta tendo como centralidade o fim dos latifúndios,

vá se transformando cada vez mais em uma espécie de ONG que luta por políticas públicas focalizadas para determinados grupos sociais, criados no interior do próprio movimento.

Por fim ressaltamos que carece em nosso país a retomada da luta pela terra, com movimentos sociais do campo dispostos a enfrentar o Estado burguês latifundiário serviçal do imperialismo. Que de fato compreenda que a reforma agrária em nosso país só será realmente efetivada com a organização de movimentos camponeses de massa, com pessoas dispostas, pela consciência ou pela necessidade, de fazer valer seu direito humano à vida, conquistando a terra para viver, trabalhar e produzir sua subsistência.

Resolver a questão agrária é montar a estrutura para um novo modo de produção no Brasil, não é uma revolução, mas é uma etapa desta que assume um caráter anti-latifundiário e anti-imperialista, portanto, é parte de uma revolução por uma nova democracia, uma nova economia e uma nova cultura. O fim do latifúndio, embora não signifique o início do socialismo é o seu caminho. Abre as possibilidades para a libertação das forças produtivas no campo como condição material para a radicalização das lutas que poderão levar a uma revolução democrática de novo tipo, ininterrupta ao socialismo, desde que o campesinato se acerque de uma base teórica classista que una os trabalhadores do campo e da cidade. Aos trabalhadores do campo e da cidade cabem organizar e apoiar a luta pela destruição de todos os latifúndios, pois isto é o prelúdio da sociedade igualitária a ser construída em nosso país.

Referências Bibliográficas

AUED, Bernadete Wrubleski. Nos caminhos da cisão. In: STEDILE, João Pedro (org.). História e natureza das ligas camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2002.

BEZERRA NETO, Luiz. Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BOGO, Ademar. Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1965.

_____. Geografia da fome. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro século de latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das ligas camponesas no Brasil (1969). In: STEDILE,

João Pedro (org.). História e natureza das ligas camponesas (1954-1964). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O MST: A luta por reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos básicos, São Paulo, 2005.

PAGE, Joseph A. Caos no campo. In: STEDILE, João Pedro (org.). História e natureza das ligas camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2002

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
Programa Agrário do MST. VI Congresso Nacional do MST. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as ligas camponesas e o golpe militar de 1964 (2004). In: STEDILE, João Pedro (org.). História e natureza das ligas camponesas (1954-1964). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.